



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Acácio Favacho – MDB/AP)

Requer, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, adicionar convidados à audiência pública para debater os impactos da Medida Provisória nº 1.156, de 2023, que dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Requeiro, nos termos do art. 32, inciso VII, alínea “a”, combinado com o art. 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvidos os demais membros deste colegiado, **acrescentar os convidados abaixo** para participarem da audiência pública para debater os impactos da Medida Provisória nº 1.156, de 2023, que dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, especialmente acerca da transferência da estrutura, do patrimônio, do acervo, do pessoal e dos contratos da FUNASA para outros órgãos e entidades da administração pública federal, bem como sobre seus direitos e obrigações. **A audiência supracitada foi objeto do Requerimento nº 6/2023, aprovado por esta comissão na reunião do dia 26 de abril de 2023.**

- Ministro das Cidades, Sr. Jader Filho;
- Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Hildo Rocha;
- Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Leonardo Picciani;
- Diretor do Departamento de Extinção da FUNASA, Senhor Vitor Hugo Mosquera;

Justificação

O saneamento básico, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e o manejo de resíduos sólidos são temas fundamentais para garantir a qualidade de vida e a saúde da população. A FUNASA desempenhava um papel importante na implementação de políticas públicas voltadas para essas áreas, especialmente nos municípios mais carentes e em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A extinção da FUNASA e a transferência de suas competências para outros órgãos e entidades da administração pública federal gerou muitas dúvidas sobre o futuro da prestação de serviços nessas áreas, especialmente em regiões mais vulneráveis. É importante, portanto, que o governo esclareça como será feita essa transferência, quais serão os órgãos e entidades responsáveis por cada uma das competências da FUNASA, como será feita a transição de pessoal e de contratos, e quais serão os impactos dessa mudança para a população.

Além disso, é importante que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados exerça seu papel de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e regional, e que solicite esclarecimentos do governo sempre que houver dúvidas ou questionamentos sobre essas políticas. O requerimento proposto é uma forma de cumprir esse papel, garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Espero contar com o apoio dos nobres pares desta comissão para que possamos obter os esclarecimentos necessários acerca desse importante tema para a saúde pública e o desenvolvimento urbano do nosso país.

Sala das Sessões, _____ maio de 2023

Deputado **Acácio Favacho**
(MDB/AP)

